



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 9/2021 AO SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 255/2021

Remaneja dotações no Quadro de Detalhamento da Despesa por Aplicação em Programas.

Faça-se o seguinte remanejamento de dotações no Quadro de Detalhamento da Despesa por Aplicação em Programas, constante no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 255/2021:

I – anula dotação:

	Código	Nome
Órgão	04	Secretaria Municipal de Justiça, Modernização e Relações Institucionais
Unidade	002	Coordenadoria Executiva de Tecnologia da Informação
Função	04	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa (Prog.)	0064	Infraestrutura da Tecnologia da Informação, Consultoria e Telefonia
Ação (Proj. Ativ.)	2113	Manutenção das Atividades de Telefonia
Categoria econômica (Mod. Aplicação)	3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor		R\$ 50.000,00

II – credita dotação:

	Código	Nome
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saúde
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição
Programa (Prog.)	CRIAR	Parto Humanizado
Ação (Proj. Ativ.)	CRIAR	Expansão das políticas para humanização do atendimento ao nascimento com base em evidência científica
Categoria econômica (Mod. Aplicação)	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Objetivo		Implementar políticas e regulamentar a Lei nº 8.274/2014,
Justificativa		capacitação dos(as) profissionais que atuam na rede de atendimento de grávidas, parturientes, puérperas e lactantes
Valor		R\$ 50.000,00

PROTÓCOLO 9016/2021 - 04/11/2021 17:53 - PROCESSO 435/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 4 de novembro de 2021.

FABI VIRGÍLIO

PROTÓCOLO 9016/2021 - 04/11/2021 17:53 - PROCESSO 435/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma emenda oriunda do Conselho Municipal de Mulheres de Araraquara, em que solicita a implementação de políticas e a regulamentação da Lei 8.274/2014, sugerindo previsão de expansão do texto existente, para que passe a constar no Programa de Articulação da Rede Municipal para Defesa dos Direitos das Mulheres, em que busca:

- capacitação dos(as) profissionais que atuam na rede de atendimento de grávidas, parturientes, puérperas e lactantes para implementação das condutas de humanização no atendimento, com base em evidência científica, garantindo o protagonismo da pessoa atendida, com utilização de políticas de difusão de informação à mulher e combate à violência obstétrica, com destinação de verba superior ao já prevista.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 4 de novembro de 2021.

FABI VIRGÍLIO

PROTÓCOLO 9016/2021 - 04/11/2021 17:53 - PROCESSO 435/2021